

“Além de um ato de
conhecimento,
a educação é
também um ato
político
É por isso que não
há pedagogia neutra.”

P A U L O F R E I R E

Minas Gerais chega às eleições de 2026 diante de uma encruzilhada que não é apenas eleitoral: é civilizatória. De um lado, o projeto que há anos vem sendo conduzido pelo governo Zema e por seu pretendido sucessor, **Mateus Simões**, aposta na redução do Estado, na entrega de serviços públicos à iniciativa privada e no enxugamento das políticas sociais como sinônimo de "eficiência". De outro, está o campo que defende a educação, a saúde e a assistência social como direitos universais, frutos de décadas de luta popular e garantidos pela Constituição de 1988.



**DE ZEMA A SIMÕES,
A MESMA MARGEM.
É HORA DA TRAVESSIA!**

**ELEIÇÕES DECIDEM
RUMO DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA EM MG**

**COMPROMISSOS COM
A EDUCAÇÃO PÚBLICA
DE MINAS GERAIS**

De Zema a Simões, o mesmo projeto. É hora da travessia!

Em 22 de março, Romeu Zema deixou o Palácio da Liberdade para disputar a Presidência da República. Colar de honra, discurso de gratidão, promessa de continuidade. Empossado, Mateus Simões dedicou boa parte de seu pronunciamento a elogiar os sete anos anteriores e a garantir que continuaria entregando o que já estava em curso.

Na educação, essa sequência tem efeitos conhecidos: ausência de valorização profissional, vínculos e condições de trabalho precarizadas, gestão centralizadora. Para quem está na escola, isso se traduz na pior remuneração do país, em sobrecarga e adoecimento e no avanço da lógica privada dentro da rede pública.

Mateus Simões dá sequência ao que há de mais abjeto no legado que herdou. Em março, leiloou a manutenção e a infraestrutura de 95 escolas estaduais para grupos privados. Ao mesmo tempo, reproduziu a lógica de utilização política dos indicadores educacionais, transformando o IDEB em peça de disputa narrativa. Tentou, mais de uma vez, avançar sobre a rede com a militarização e o fechamento de escolas regulares.

Nada expõe melhor o lugar que a educação ocupa nesse arranjo do que o comando da própria Secretaria. Em pouco mais de um ano, quatro titulares: Igor Alvarenga, que saiu em meio à ofensiva pelas escolas cívico-militares e agora disputa mandato; Rossieli Soares, exonerado em abril em

meio a investigação da Controladoria-Geral do Estado sobre a compra de materiais didáticos; Gustavo Braga, três meses de gestão; e Daniel Medrado, o nome mais recente num cargo tratado como moeda de barganha política. O vaivém revela a ausência de projeto de Estado para uma área que exige planejamento, continuidade e participação social.

Mas, não basta classificar o governo como desorganizado, incompetente ou contraditório. Suas escolhas revelam uma lógica política que precisa ser compreendida para ser enfrentada.

E é justamente por isso que Minas precisa olhar para além da sucessão de nomes.

MINAS É TRAVESSIA

Minas é terra de gente que aprendeu que atravessar o perigoso também é tarefa de quem ensina. Terra de quem sabe que atravessar exige coragem, organização e disposição para não aceitar como destino a margem em que se está.

A travessia de que precisamos não é a troca protocolar encenada no Palácio da Liberdade. É outra. É a que separa duas margens de fato. É a que interessa à classe trabalhadora: sair de um projeto que trata a escola pública como negócio e caminhar para outro que a trate como direito.

De uma educação submetida à lógica

privada para uma educação pública fortalecida pelo Estado.

De profissionais sobrecarregados e desvalorizados para trabalhadores respeitados e valorizados.

De decisões tomadas de cima para baixo para uma escola construída com participação democrática.

De soluções eleitoreiras e de ocasião para políticas de Estado.

De uma educação que precisa produzir números para uma educação comprometida, antes de tudo, com o direito de aprender, permanecer e concluir sua trajetória escolar.

Essa mudança depende de uma escolha política e de uma força social capaz de fazê-la acontecer. Quem defende a escola pública precisa ocupar esse debate. Precisa apresentar outro projeto e perguntar a cada candidatura: de que lado você está?

Não há neutralidade nessa escolha. A travessia começa quando recusamos a continuidade e assumimos a tarefa de transformar o rumo de Minas.

Há caminhos que só se abrem coletivamente, e este é um deles: nas salas de aula, nas ruas, nas urnas. Faremos essa travessia com organização, com coragem e com a certeza de que outro projeto de educação é possível.

**Minas precisa mudar de margem.
É hora da travessia.**

Eleições colocam o futuro da escola pública em jogo em Minas Gerais

Um único plano, entre os quatro, assume o compromisso com o Piso Salarial. Os outros três param na palavra "valorização".

Colocando lado a lado os planos de governo dos quatro candidatos mais bem posicionados nas pesquisas para o Governo de Minas Gerais, a diferença fica nítida. De um lado, a continuidade de um modelo cada vez mais empresarial para o Estado e para a educação. Do outro, o compromisso de reconstruir o papel do Estado como garantidor de direitos.

Há uma palavra nos quatro documentos: valorização. Há um compromisso em um só: o pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional. Quem escreve isso é Patrus

Ananias, com todas as letras. É a única frase, entre as quatro propostas, que pode ser cobrada e conferida num contracheque.

Os outros três encontraram cada um o seu jeito de não dizer isso. Mateus Simões não trata do assunto: seu capítulo de educação tem cinco linhas de atuação e nenhuma fala de salário, carreira, vínculo ou concurso. Cleitinho promete um plano plurianual de carreira e concursos, mas atravessa uma página inteira sobre educação sem escrever a palavra piso e abre o plano com orçamento base zero, exigindo justificativa técnica periódica para cada gasto do Estado. Quando o salário de quem educa vira um gasto que se

justifica de tempos em tempos, a carreira passa a ser variável de ajuste.

Alexandre Kalil afirma que não existe educação de qualidade sem professor valorizado. Mas na hora de dizer como, oferece uma política que "considera carreira, formação e condições de trabalho".

O piso não é detalhe e no plano de Patrus ele não vem sozinho. O documento registra que apenas cerca de 20% da categoria é efetiva em Minas e propõe o que decorre daí: nomear os aprovados nos concursos vigentes, realizar concursos regularmente e reduzir os contratos temporários. Piso, concurso e estabilidade formam um só compromisso nesse plano.

Na gestão das escolas, a divisão se repete. Patrus é o único que nomeia o Projeto Somar e o modelo cívico-militar e diz o que fará com eles: reestatização das escolas privatizadas e fim da militarização. Simões defende preservar a "diversidade de modelos pedagógicos" com escolha das famílias,

que é a formulação eleitoral da continuidade. Cleitinho e Kalil não mencionam nenhum dos dois modelos e diante do que está em curso na rede mineira, não se pronunciar é, no mínimo, deixar como está. A comparação mostra que a escolha não é apenas entre candidatos, mas entre proje-

tos para a educação pública de Minas. Qual deles interromperá a política de assédio nas escolas e a injustiça salarial com as(os) profissionais da educação deste Estado? **No quadro abaixo, o que cada plano diz ou cala sobre temas que interessam à categoria.**

Como pensa cada candidato?				
Eixo central (tema)	Patrus Ananias (PT)	Cleitinho (Republicanos)	Alexandre Kalil (PDT)	Mateus Simões (PSD)
Gestão da escola Privatização Militarização	Reversão explícita: reestatização das escolas estaduais privatizadas e fim da militarização das escolas.	Silêncio: o eixo de educação não menciona parcerias privadas, gestão terceirizada nem escolas cívico-militares.	Silêncio: não trata de parcerias, privatização nem do modelo cívico-militar.	Continuidade: propõe preservar a "diversidade de modelos pedagógicos", assegurando às famílias a escolha.
Salário Carreira Concurso	Piso nacional, nomeação dos aprovados nos concursos vigentes, concursos regulares, saúde mental. Registra que os efetivos são ~20% da categoria.	Plano plurianual de carreira e concursos. Não menciona o piso.	Reconhece a "precariedade prolongada de vínculos", mas não propõe concurso nem piso.	Ausente. O capítulo não trata de salário, carreira, vínculo nem concurso.
Gestão democrática Pressão por metas	Participação da comunidade escolar e das famílias; novo Plano Estadual de Educação e Conferência Estadual; eleição direta para as reitorias de UEMG e Unimontes.	Gestão por resultados e indicadores de desempenho para todas as secretarias. Não trata de eleição de diretores nem de colegiados.	Indicador não é finalizado: "nenhuma escola será reduzida a uma nota". Não propõe eleição de diretores.	Não há proposta sobre conselhos, colegiados ou escolha de diretores.
Projeto de ensino Tecnologia	Ensino médio integrado ao técnico; letramento midiático contra a desinformação; educação do campo e escolar indígena com currículo próprio.	Aulas de tecnologia, programação, robótica e IA na rede; tempo integral com currículo reformulado em educação financeira, empreendedorismo e cidadania.	Tecnologia como apoio: ferramenta para o professor, não substituição.	Modernização pedagógica, conectividade e recursos digitais como instrumento de personalização do ensino.
Violência e convivência escolar	Programa Estadual de Boa Convivência: mediação de conflitos, apoio psicossocial, integração com saúde, assistência e justiça.	Videomonitoramento integrado às forças de segurança, com protocolos de prevenção e resposta.	Equipes interdisciplinares com psicólogos e assistentes sociais, articuladas com saúde e assistência nos territórios vulneráveis.	Não tratado.
Ensino superior estadual	Financiamento, concursos, dedicação exclusiva, assistência estudantil, restaurantes universitários.	Previsibilidade orçamentária para UEMG e Unimontes expandirem ensino, pesquisa aplicada e formação docente no interior.	UEMG e Unimontes integradas a uma rede de cooperação com a educação básica e ao desenvolvimento regional.	Não tratado no capítulo de educação.

Referências: ANANIAS, Patrus. *Plano de governo*. Coord. Sandra Goulart Almeida. Minas Gerais: PT, 2026, p. 6-12. · AZEVEDO, Cleitinho; FALCÃO, Luís Eduardo. *O povo primeiro!* Minas Gerais: Republicanos, 2026, p. 9. · KALIL, Alexandre. *Plano de governo*. Minas Gerais: PDT, 2026, cap. 4, p. 36-44. · SIMÕES, Mateus. *Diretrizes de governo para Minas Gerais, 2027-2030*. Minas Gerais: PSD, 2026, cap. 2.

“Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição.”

PAULO FREIRE

Não há educação neutra: toda política educacional expressa escolhas, prioridades e um projeto de sociedade. É para tornar esse projeto explícito que o Sind-UTE/MG apresenta a Carta Compromisso com a Educação Pública de Minas Gerais, reunindo compromissos concretos e

afirmando a educação pública que defendemos para o estado.

A Carta será apresentada às candidaturas, às escolas e à sociedade para colocar projetos em confronto e exigir posicionamentos. Porque não basta saber quem quer governar Minas. É preciso sa-

ber de que lado cada candidatura está, que interesses representa e que projeto de educação está disposta a defender.

Diante das urnas, uma pergunta é inevitável: quem estará ao lado da educação pública?

COMPROMISSOS COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA DE MINAS GERAIS

1. ORGANIZAÇÃO SINDICAL E NEGOCIAÇÃO

Respeitar a organização sindical e pôr fim às práticas antissindicalistas na Administração Pública Estadual, garantindo:

- Diálogo permanente com o Sind-UTE/MG;
- Instituição de Mesa Permanente de Negociação para tratar das reivindicações da categoria;
- Respeito à liberdade sindical, ao direito de organização, manifestação e greve;
- Fim de perseguições, retaliações e práticas de assédio relacionadas à atuação sindical.

2. EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Defender e fortalecer a escola pública, gratuita, democrática e estatal, garantindo:

- a) Gestão pública das escolas
- Manutenção da gestão pública estatal das escolas estaduais;
- Fim da expansão de PPPs e da terceirização de serviços que transfiram responsabilidades do Estado ao setor privado; anulação do leilão das 95 escolas estaduais com o encerramento do contrato com o BTG Pactual e suas subcontratadas;
- Não militarização do

ensino e não implantação de escolas cívico-militares;

- Rejeição da educação domiciliar como substituição da escola pública.

b) Rede estadual e projeto Mãos Dadas

- Não municipalização do ensino fundamental da rede estadual;

■ Reversão do projeto Mãos Dadas;

- Ampliação da oferta de vagas e matrículas na rede estadual em todas as regiões de Minas Gerais;

c) Oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede estadual de ensino, assegurando o direito à escolarização de jovens, adultos e idosos, garantindo:

- Manutenção das turmas de EJA existentes e ampliação da oferta nas regiões e comunidades em que houver demanda;
- Condições adequadas de funcionamento com horários compatíveis com a realidade dos estudantes trabalhadores.

3. SALÁRIO E CARREIRA

Valorizar as trabalhadoras e os trabalhadores da educação, assegurando:

- Implementação integral do Piso Salarial Profissional Nacional, previsto na Lei nº 11.738/2008, por meio de legislação estadual específica;

- Valorização das carreiras e pagamento conforme a formação acadêmica;

■ Realização de concursos públicos para suprir o déficit de profissionais;

- Nomeação de todos os aprovados em concursos vigentes, respeitados os requisitos legais;

■ Política permanente de formação inicial e continuada, gratuita, de qualidade e adequada às características regionais em parceria com as universidades públicas.

4. IPSEMG E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Garantir proteção social e previdenciária aos servidores públicos estaduais, com:

- Melhoria e ampliação do atendimento do IPSEMG, na rede própria e conveniada, em todas as regiões do Estado com redução das filas;
- Fim do desconto previdenciário sobre os proventos e pensões até o teto do INSS.

5. CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE

Garantir condições dignas para ensinar e aprender, assegurando:

- Redução do número de estudantes por turma, conforme parâmetros de qualidade;
- Acesso universal à internet

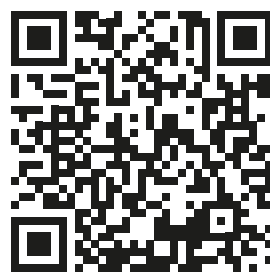
de qualidade, equipamentos tecnológicos e materiais didáticos adequados;

- Políticas permanentes de prevenção e combate ao assédio moral e institucional; Políticas de prevenção e enfrentamento do adoecimento e da sobrecarga de trabalho.

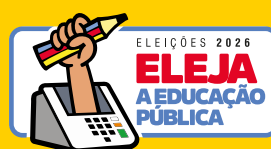
6. CRISE CLIMÁTICA

Implementar uma política estadual de reestruturação das escolas públicas em face da crise climática, garantindo:

- Adequação da infraestrutura escolar às altas temperaturas e aos eventos climáticos
- Prioridade de investimentos nas escolas localizadas em áreas de maior vulnerabilidade socioambiental.



Acesse e saiba mais sobre a campanha



SindUTE
SOMOS TODOS NÓS